



GRUPO MUNICIPAL

Voto de Pesar

O grupo municipal do Partido Socialista propõe a esta assembleia a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Presidente da Assembleia Municipal de Gois, **Manuel Enéscio de Almeida Gama**.

Solicitamos que, à semelhança de outros seja guardado um minuto de silêncio e que este sentimento da Assembleia Municipal de Tábua, seja posteriormente remetido ao Município de Gois e à família, se for aprovado.

Tábua, 23 de Dezembro de 2022

Nuno Tavares
(Grupo Municipal do Partido Socialista)



GRUPO MUNICIPAL

Período Antes da Ordem do Dia - Intervenção

Muito boa tarde, cumprimento o senhor Presidente Assembleia Municipal e com ele toda a mesa que o acompanha, o senhor presidente da Câmara Municipal e todos/as vereadores/as, cumprimento também os/as presidentes de junta e união de freguesias aqui presentes bem como todos os/as deputados municipais, os/as funcionários/as, o restante público e a comunicação social.

Se no final de 2021, estávamos a vivenciar uma realidade pandémica com todas as repercussões e consequências daí advindas, no final de 2022 para além dessa situação ainda não estar completamente resolvida, temos uma nova realidade trazida pela guerra que ainda assola a europa e o mundo, trazendo consequências gravosas para a economia e por consequência para a vida de cada pessoa e família.

Daí que, economia não se pode resumir única e exclusivamente a números, temos de pensar nas pessoas, afinal, devem ser estas o centro de todas as medidas.

O nosso nível de humanidade será sempre visto pela forma como tratamos quem mais precisa, e mais ainda, pela diferença entre os extremos de riqueza e pobreza. O maior sinal de subdesenvolvimento não é só a pobreza, mas também, a desigualdade de distribuição da riqueza.

O Governo do Partido Socialista pensa nas pessoas, exemplo disso são os apoios extraordinários, destinados a apoiar as famílias mais vulneráveis ou até mesmo o aumento do salário mínimo e dos salários intermédios.

Só no salário mínimo nos últimos 7 anos houve um aumento de 255€ passando de 505€ em 2015, para 760€ em 2023, cerca de 50,5% do valor base.

Para esta realidade em muito contribuíram as empresas, sempre resilientes, ajudando ao desenvolvimento do país e do território onde se encontram inseridas.



O aumento de inflação, agravado pelo contexto de guerra, leva a um esforço não apenas por parte das pessoas, mas também das empresas que não podemos deixar de reconhecer.

O Grupo Municipal do Partido Socialista, agradece a todas as empresas do nosso concelho e congratula as que conseguiram sobressair e serem reconhecidas como PME Líder (Cunfil; Frisalgados; Transcoitense.) e como PME Excelência (FRIOPASTEL; Habicovelo.), deixando os nossos parabéns às pessoas que as dirigem e às que lá trabalham.

A proximidade às populações tem sido um compromisso não apenas do nosso Executivo, mas do Governo, traduzindo-se numa presença constante nos territórios, Exemplo disso é a visita a Tábua, num curto espaço de tempo, de 2 Ministros, o da Educação e o da Administração Interna, bem como do Secretário de Estado do Desporto.

O Grupo Municipal do Partido Socialista parabeniza o Município de Tábua na pessoa do seu Presidente Ricardo Cruz, pela resiliência e pelo trabalho realizado em prol da população tabuense, dando visibilidade ao concelho junto do governo e junto da população, nomeadamente com a criação da marca "Tábua, o Encanto das Beiras".

Queríamos, no entanto, efetuar uma questão ao Sr. Presidente, muito se tem falado e principalmente especulado sobre os ajustes diretos.

Questionamos como são feitos os ajustes diretos no Município de Tábua?

Por fim, em nome do grupo municipal do Partido Socialista e em meu nome pessoal, quero desejar a todos/as um Feliz Natal e um Próspero Ano 2023 com muita saúde e com a esperança que no próximo ano se consiga alcançar a paz.

Tábua, 23 de dezembro de 2023

Olga Nunes
(Grupo Municipal do Partido Socialista)

PS

TÁBUA CORAGEM PARA MUDAR

Antes da ordem do dia

Estamos próximos da época de Natal, que é de celebração e recolhimento, e desejo a todos votos de Boas Festas. Uma vez que vivemos de costas voltadas para o futuro, o final do ano convida à celebração e à antecipação do que aí vem, ao mesmo tempo que nos compele à introspeção e a refletir sobre o que se passou ao longo dos 12 últimos meses do calendário. 2022 tem sido o ano em marcou o regresso à normalidade depois do biénio de exceção, mas também tem sido o ano em que esse retorno veio encontrar um novo normal, muito diferente do que conhecíamos. No mundo, a invasão da Ucrânia veio ditar um desequilíbrio geopolítico e económico forte. Inicialmente esta agressão bélica às portas da União Europeia foi disruptiva e provocou fortes perturbações nos mercados. Hoje, a situação é menos global e encontra-se mais circunscrita aos territórios fustigados pela guerra. Tem sido, por isso, o oportunismo mercantil que tem, em larga medida, vindo a ditar valores de inflação extraordinários. O que começou como justificação, dificilmente serve para explicar o injustificável. A isto, junta-se a situação nacional. No início do ano deu-se início ao segundo ato de uma espécie de tragédia burlesca que é a governação do Partido Socialista. Mudaram algumas personagens e o cenário é de maioria absoluta, o que intensifica a petulância e o modelo de *governance* assistencialista e nepotista a que o PS já nos tinha habituado no primeiro ato. Esperamos que o terceiro ato esteja para breve; até lá, teremos que nos resignar à passagem do tempo, aos elevados impostos e a arbitrariedades políticas.

No nosso Concelho de Tábua, 2022 tem sido ano de trabalhos e empreitadas – há que reconhecê-lo – ficando, no entanto, dúvidas relativamente às prioridades dos investimentos e da direção estratégica das candidaturas a financiamentos comunitários. Ao executivo é devida a sua quota parte de reconhecimento e os trabalhadores e funcionários da Câmara Municipal e das instituições que cuidam, mantêm e desenvolvem o nosso Concelho merecem imensa gratidão. Como ano desafiante que tem sido, os ciclos naturais têm lembrado reiteradamente a importância na aposta: da manutenção e qualificação do saneamento básico, em todos os lugares do Concelho; da prevenção aos incêndios florestais; das soluções de escoamento de águas pluviais; do urbanismo; e da habitação social, entre tantas outras coisas para onde o dinheiro dos contribuintes pode ser canalizado.

2022 continuou a ser o ano em que muito ficou ainda por fazer. Faço votos para que 2023 seja o ano em que as soluções sejam encontradas.

André Rui Graça, 23/12/2022

**Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de
Tábua**

Caros Membros da Mesa desta Assembleia

Exmo Senhor Presidente da Câmara Munipal de Tábua

Caros Vereadores

Caros Colegas Membros da Assembleia Municipal

**Minhas Senhoras e meus Senhores aqui presents nesta
magnífica sala ou que seguem esta sessão através da
internet**

**NOS PRIMEIROS ANOS DESTA DÉCADA ESTIVEMOS TODOS
MUITO OCUPADOS E PREOCUPADOS COM A PANDEMIA
DO COVID-19, PELO QUE APENAS ALGUNS SE
APERCEBERAM DO AUMENTO DO PREÇO DA ENERGIA, EM
RESULTADO DA TRANSIÇÃO PROGRESSIVA E QUE SE TEM**



DE INTENSIFICAR DOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS (CARVÃO, PETRÓLEO E GAZ NATURAL) PARA FONTES MENOS POLUENTES (ENERGIAS HIDRICA, EÓLICA, BIOMASSA OU FOTOVOLTAICA). ESTA NOVA ESTRATÉGIA ENERGÉTICA RESULTA DA NECESSIDADE DE TENTAR REDUZIR A MÉDIO LONGO PRAZO OS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.

EM 2022 ESTE PROBLEMA AGUDIZOU-SE EM CONSEQUÊNCIA DA INVASÃO DA UCRANIA PELA FEDERAÇÃO RUSSA E DA SUBIDA GENERALIZADA DOS PREÇOS, EM RESULTADO DA IMPORTANCIA DA ENERGIA NAS CADEIAS DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRATICAMENTE TODOS OS PRODUTOS. TIVEMOS TAXAS DE INFLAÇÃO MUITO ELEVADAS E SUBIDAS DAS TAXAS DE JUROS BANCÁRIOS A QUE JÁ NÃO ESTAVAMOS HABITUADOS HÁ MUITOS ANOS.



É POR ISSO NECESSÁRIO QUE TODOS NÓS , (Governo, Autarquias e cidadãos) DEMOS A NOSSA MELHOR CONTRIBUIÇÃO PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA.

O CONCELHO DE TÁBIA, PELAS SUAS CARATERISTICAS MUITO PECULIARES, PODE CONTRIBUIR ESPECIALMENTE PA AS ENERGIAS HIDRICA, DE BIOMASSA E FOTOVOLTAICA.

NO PRIMEIRO CASO É PRECISO CONSTRUIR MINI-CENTRAIS NOS RIOS. SEI QUE EXISTE UM PROJETO PARA A INSTALAÇÃO DE UMA CENTRAL DESTE TIPO NO RIO ALVA, PERTO DA POVOAÇÃO DE MEDA DE MOUROS

NO QUE DIS RESPEITO À BIOMASSA, O CONCELHO DE TÁBUA AINDA TEM FLORESTA E ESTAMOS MUITO PERTO DE MA CENTRAL DE BIOMASSA LOCALIZADA NO CONCELHO DE MORTÁGUA. JÁ TEMOS, PELO MENOS, UMA FÁBRICA DE PELLETS NA FREGUESIA DA CARAPINHA E OS

MADEIREIROS PASSARAM A LIMPAR OS TERRENOS ONDE CORTAM ARVORES FLORESTAIS APROVEITANDO TODOS OS RESÍDOS PARA BIOMASSA.

NO QUE CONCERNE À ENERGIA FOTOVOLTAICA O EXECUTIVO CELEBROU UM ACORDO PARA A INSTALAÇÃO DE PAINÉIS EM OITO EDIFÍCIOS CAMARÁRIOS E ESTÁ EM FASE FINAL DE INSTALAÇÃO UM PARQUE COM CENTO E CINQUENTA MIL PAINÉIS NA FREGUESIA DE SÃO JOÃO DA BOAVISTA.

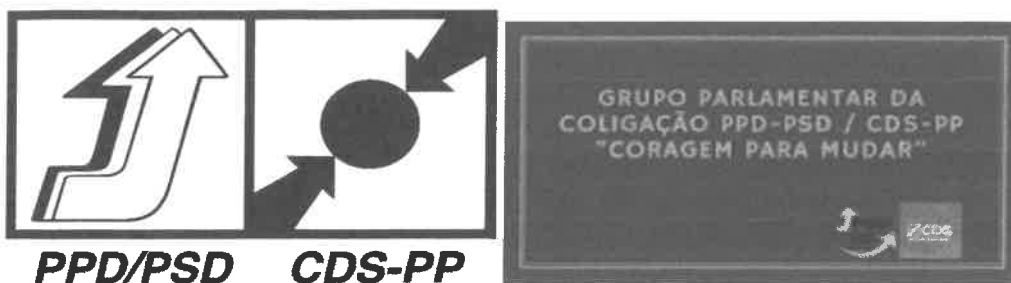
OS CIDADÃOS TAMBÉM DEVEM COLABORAR MELHORANDO A EFICIÊNCIA E A SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA DAS SUAS CASAS E DOS SEUS HÁBITOS DE MOBILIDADE. OS SERVIÇOS DA CMTÁBUA DEVIAM CHAMAR A ATENÇÃO PARA A IMPORTÂNCIA DAS NOVAS EDIFICAÇÕES TEREM TELHADOS VIRADOS PARA SUL E SEREM TÃO SUSTENTÁVEIS QUANTO POSSÍVEL. O

EXECUTIVO DEVERIA PENSAR EM IMPLEMENTAR INCENTIVOS AO AUTO CONSUMO DE ENERGIA

O GOVERNO DEVE MANTER O PROGRAMA FUNDAMENTAL, DIMINUIR A BUROCRACIA E LEGISLAR SOBRE A RELAÇÃO ENTRE OS PREÇOS DE COMPRA E VENDA DA ELETRICIDADE PELAS EMPRESAS COMERCIALIZADORAS.

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ESPERO TER CONTRIBUIDO COM ESTA INTERVENÇÃO PARA MOSTRAR A IMPORTÂNCIA DE DARMOS MAIS ATENÇÃO À TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, DEIXAR ALGUMAS SUGESTÕES SOBRE COMO TODOS PODEMOS CONTRIBUIR E REALÇAR O MUITO QUE O PODER AUTARQUICO DO CONCELHO DE TÁBUA JÁ FEZ NESTA ÁREA MUITO IMPORTANTE PARA O FUTURO DOS NOSSOS NETOS.



Coragem para mudar

Boa tarde a todas e a todos.

Apresento os meus cumprimentos.


Hoje temos em cima da mesa um dos assuntos mais importantes da legislatura que é nada mais nada menos que, a aprovação do orçamento que vai reger o nosso município durante o ano de 2023.

Um orçamento de 28 milhões de euros.

Temos também dois empréstimos para aprovar um de 500 mil euros e outro de 1.200.000,00.

Em relação ao empréstimo de 1.200.000,00, um empréstimo a 20 anos, com a utilização em dois anos, designadamente dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro, para as seguintes obras:

- ampliação e melhoramento do cemitério de Tábua, cerca de 170 mil euros.
- Pavimentações diversas – 350 mil euros.
- Edifício de Passos de Concelho – 130 mil euros.
- Reconstrução da cobertura do Torreão do Edifício da CM – 80 mil euros.

- 
- Reconstrução da cobertura do Edifício do Terminal Rodoviário – 90 mil euros.
 - Reconstrução do emissário de águas residuais de Tábua – 80 mil euros.
 - Aquisição de grandes reparações de viaturas- 50 mil euros.
 - Aquisição de grandes reparações de maquinaria e equipamento- 50 mil euros.
 - Armazém e oficinas – 200 mil euros.

Minhas senhoras e meus senhores, isto tudo é muito preocupante, já foi dito nas anteriores assembleias e expresso, a grande preocupação do nosso grupo partidário, quanto ao endividamento da câmara, um endividamento cada vez maior, sem que sejam cumpridos compromissos, designadamente com os Bombeiros Voluntários do nosso concelho, fornecedores, juntas de freguesia etc.

Apesar do nosso município ainda ter capacidade de endividamento bancário, já ultrapassou claramente a sua capacidade de endividamento em relação aos grupos e instituições supra referenciadas.

Mais acresce a despesa com a descentralização de competências, verificando-se já noutros concelhos que a receita atribuída é insuficiente para a despesa decorrente dessa mesma descentralização, embora quanto a esta situação o executivo nada informou.

O nosso grupo de trabalho tem como única preocupação, as pessoas e a sua qualidade de vida, Os Tabuenses e o seu futuro, futuro esse importante para nós e também para os nossos filhos.

A gestão do nosso município, é preocupante, mais uma vez as obras que se irão realizar no mesmo, já amplamente transcritas



anteriormente, não são obras prioritárias nos tempos que estamos a vivenciar, tempos de grandes dificuldades de grande recessão, temos que gerir as nossas finanças, como gerimos as nossas casas e todos nós fazemos de certeza vidas diferentes de à uns anos a esta parte, pensemos nisto, porque uma política cega de grandes gastos e grandes custos não é a melhor política nos dias de hoje.

Faço uma pergunta e as nossas aldeias? Eu respondo, estão a morrer aos poucos, sem que o nosso executivo tenha qualquer estratégia para as mesmas, sequer investimento. Enfim, são opções, é complicado...

Mas hoje vamos também falar e deliberar sobre um assunto que é o Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação e aqui dou os meus parabéns ao executivo, os parabéns quanto ao Relatório apresentado, de grande qualidade e também ao Plano Municipal apresentado.

Nos dias de hoje, conceitos como Igualdade e Não Discriminação, são conceitos que imperam na nossa sociedade democrática, e que precisam de ser integrados na nossa sociedade civil, nas escolas, com a realização de workshops, e com todo o tipo de ações, precisamos de mudar mentalidades para acabar com o flagelo da violência doméstica, discriminação em relação ao género, opções sexuais, relegião, etnias e tantos outros.

Homens e Mulheres, como seres iguais que são, merecem as mesmas oportunidades, tanto na vida profissional como na vida pessoal e são iniciativas como esta que vão pugnar por essa mudança, a igualdade para todos independente do sexo, cor da pele, opção sexual, e o respeito pelas minorias e por todo o ser humano.



Por fim quero desejar a todos e a todas um Feliz Natal e umas Boas Festas, acima de tudo com muita saúde e fraternidade. Bem hajam.

O grupo de Trabalho da Coligação PSD/CDS Coragem Para Mudar

Boa tarde Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tábua e Vereadores que o acompanham, caros colegas Deputados Municipais, técnicos deste centro cultural e publico.

No passado dia 18 de novembro o Município de Tábua participou no ENCONTRO HABITAÇÃO, POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL levado a cabo na Casa Municipal da Cultura de Coimbra.

Conclui-se que a pobreza e as más condições de habitação andam de mãos dadas.

Conclui-se que a pobreza em Portugal tem raízes estruturais que alicerçam num processo de transmissão, a pobreza passa de pais para filhos.

Qualquer pessoa pode passar por uma situação de pobreza durante a sua vida. No entanto, alguns grupos enfrentam riscos maiores, como são os casos dos agregados cujos indivíduos são mulheres, agregados mais desqualificados, os desempregados e os agregados familiares com crianças.

As crianças que vivem na pobreza na infância, adolescência e parte da vida adulta, as famílias monoparentais com crianças têm um risco de pobreza exponencialmente superior comparativamente ao risco da pobreza geral da população.

Uma criança é pobre porque está numa família pobre.

Esta pobreza cíclica que passa de uma geração para outra^e tem de ser travada na sua base.

Temos de ter medidas, instrumentos de igualdade de oportunidades, instrumentos de inclusão social, o que implica políticas a nível da saúde, políticas a nível da educação e políticas a nível da habitação.

Qualquer estratégia de combate à pobreza tem de começar pelas crianças e pela sua habitação. Esta é a base.

As pessoas não são números, existe um rosto por trás de cada designação, existem pessoas, existem famílias e muitas crianças em situações de pobreza.

Os valores relativos ao trabalho que o Município tem levado a cabo e que se referem ao combate à pobreza associada á habitação, são:

- Número de Habitações candidatas este ano – 14 Habitações, 3 Habitações já aprovadas;

- Valores relativos a estas candidaturas – 1 450 241,63 €

- Antigas escolas primárias candidatas – 5 Escolas, 3 Escolas aprovadas

- Valores relativos a estas candidaturas – 989 637,37 €

Em suma, candidataram-se **19 Edifícios**, no valor total de **2 439 879,00 €**

Parabenizamos o Município ^{executivo} por estes resultados, resultados que foram apresentados neste encontro no âmbito da Habitação e que comparativamente aos nossos pares que estão a executar estes trabalhos, em nada nos envergonha.

Amália Rodrigues, cantava:

Numa casa portuguesa fica bem
Pão e vinho sobre a mesa

A alegria da pobreza

Está nesta grande riqueza

De dar e ficar contente

É uma casa portuguesa com certeza

(que nos nos dá a paz e a pobreza)

✓ Para p3m
p3e o
este
problemático

Salientar q a
Amália percentagem
destes famílias, maior
residem - no norte
aldeias.

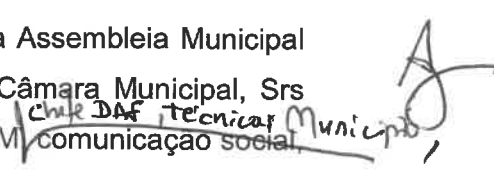


Intervenção na Assembleia Municipal de Tábua - Sessão Ordinária de 23 dezembro 2022

II - Período da ordem do dia

Ponto 3 – Aprovação do orçamento ano 2023 / Grandes Opções do Plano

Cumprimento todos os presentes, Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tábua, membros da mesa, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Srs Vereadores, Srs Presidentes de Junta, Ilustres deputados da AM, ~~chefe DAF, técnicos Municipais, comunicação social,~~ e público presente, boa tarde a todos.



O orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano 2023 apresentado a esta Assembleia Municipal, já foi aprovado por maioria pela Câmara Municipal no passado dia 21 dezembro.

O orçamento é um documento previsional, é um documento que contém a previsão para o próximo ano, e como todos sabeis, vivemos tempos imprevisíveis, e que todas as previsões são difíceis de prever, numa escalada de subida de preços, fruto dos tempos de guerra que estamos a viver, e que estamos também a sentir nas nossas carteiras.

Ao aproximar-se o final de mais um ano, enalteço a forma de gestão que o executivo do Município de Tábua tem vindo a pautar, com a sua ação no sentido de retirar o melhor proveito possível das oportunidades geradas, pelos apoios nacionais, e pelos apoios dos Fundos Comunitários.

Permita-me Senhor Presidente, que dê relevo a uma informação inédita, que partiu do do Presidente da Câmara e com destino a todos as e os senhores Presidentes de Junta! Refiro-me a uma informação que o Sr. Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Cruz, elaborou e decidiu enviar em meados de novembro deste ano, para todas e todos os Presidentes de Junta, uma informação transparente, com relação dos valores em dívida, com síntese dos valores pagos neste mandato referente aos contratos interadministrativos, e com os valores que cada Junta de Freguesia deve verter no seu orçamento do ano 2023 (com os valores em dívida a 30/11/2022, com os valores dos contratos interadministrativos.).

Adicionalmente o Sr. Presidente da Câmara, também informou os recursos financeiros a transferir, no âmbito do DL n.º 57/2019 de 30 abril, relativo à Transferência de Competências do Município para todas as freguesias, em que de forma também

Amo

Intervenção na Assembleia Municipal de Tábua - Sessão Ordinária de 23 dezembro 2022
inédita o executivo da Câmara Municipal decidiu abdicar de 200.000€ por ano, e que a partir de janeiro 2023 vão chegar às nossas freguesias diretamente vindos do governo central, diga-se DGAL, e que cada Presidente de Junta saberá certamente gerir esses recursos financeiros.

A finalizar, o grupo municipal do Partido Socialista orgulha-se do documento hoje apresentado, é um orçamento realista e transparente, e vai votar favoravelmente.

Por fim desejo a todos boas festas e saúde para todos!



Sobre Centro Interpretativo do Mundo Rural

Na documentação que me chegou dei conta da intenção da criação de um “centro interpretativo do mundo rural” no Concelho. Essa matéria merece-me um comentário e uma chamada de atenção. Desde logo, não é novidade que o Concelho necessita de estruturas que lhe deem projeção e legitimação cultural. Há muito que é debatida a importância e pertinência da criação de um espaço museológico aqui. Um excelente exemplo, é o caso do POROS Museu do Portugal Romano em Sicó, estrutura moderna e interativa, que engrandece Condeixa e deixa uma boa impressão a quem por ali passa. Em 2022, finalmente, parecem ser dados passos concretos no sentido de criar a primeira estrutura deste género no Concelho – possivelmente, a única durante algumas décadas mais. Melhor muito tarde do que nunca.

O tema, o mundo rural, é tão obvio quanto obviamente pertinente. E é aí que reside o fulcro do segundo ponto desta minha intervenção. Não será este centro interpretativo uma redundância com outras estruturas já existentes em concelhos vizinhos? Do mesmo modo que o Cultiva (se pensarmos nele enquanto incubadora de empresas) chegou cerca de 10 anos atrasado ao comboio das infraestruturas de apoio ao empreendedorismo local, não poderá este centro interpretativo ter dificuldade em oferecer algo de realmente novo, provocando na região uma competição desnecessária? A intenção de criar um centro interpretativo sobre do mundo rural, focado nas tradições regionais, é algo que ouço desde que me conheço e, se tudo evoluiu e se transformou, custa-me acreditar que uma ideia com tanta antiguidade se mantenha tão vigorosa em 2022 quanto era em 1992. Seja como for, faço desde já um apelo a que esse centro, se vier a existir, lute contra a tipificação e a caricatura que o Centro do país e as suas gentes ainda possuem no litoral, por virtude dos mais diversos atrasos, de forma a não intensificar esse fosso cultural e a não fechar o interior sobre si mesmo. Creio que é fácil cair na estereotipificação. Que bom que será, um centro interpretativo do mundo rural que efetivamente crie pontes e ajude a construir o imaginário do “encanto das beiras”, que, por agora e da forma como está, ainda não é muito perceptível/legível. Boa sorte nessa empreitada e contem com a abertura da nossa bancada ao diálogo.

André Rui Graça, 23/12/2022

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA,
DE 23/12/2022**

Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, assim como os seus Secretários. Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tábua, o Sr. Vice-Presidente e todos os Vereadores e Vereadora. Cumprimento igualmente todos os membros da Assembleia Municipal, todos os Senhores e Senhoras Presidentes de Junta, Colaboradores e Colaboradoras do Município de Tábua, elementos da comunicação social presentes e restantes elementos do público.

Depois de 2 anos de luta contra a Covid 19, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, iniciado há quase 1 ano, provocou impactos estruturantes e globais nas diversas áreas da vida em sociedade. Nos últimos tempos, as famílias em Portugal têm-se deparado com uma subida da taxa de inflação, que acaba por se traduzir num esforço acrescido na aquisição dos bens de primeira necessidade. De modo a fazer face a estes constrangimentos, tem o Governo do Partido Socialista implementado algumas medidas, que contribuem para uma melhoria das condições de vida dos portugueses, tais como o aumento do salário mínimo; o apoio pecuniário extraordinário aos portugueses, um dos apoios pago no passado mês de outubro e um novo apoio que começou a ser pago hoje; a descida do IVA da eletricidade de 13% para 6% e redução de 10% na fatura do gás; a imposição de um limite de 2% para os aumentos fixados pelo Estado para o próximo ano para as rendas habitacionais e comerciais, entre outras.

A nível local, seguindo igualmente uma política de inclusão e de apoio às famílias, sendo esta uma das principais preocupações desta Autarquia, entendeu o atual executivo congregar algumas das respostas de ação social, num único regulamento, capaz de responder de forma mais equitativa e realista às principais dificuldades dos tabuenses, sobretudo aqueles que possam estar em situação de pobreza e exclusão social.

Tendo como princípios a inclusão e a autonomização dos destinatários e a erradicação das situações de pobreza no concelho, este executivo apresenta uma proposta de

regulamento para atribuição de apoios sociais, de carácter pontual, com vista a combater situações de emergência social. Deste modo, os apoios podem incidir sobre bens de primeira necessidade (alimentação, roupa e produtos de higiene); transporte para consultas e exames médicos; comparticipação para aquisição de óculos; aquisição de medicamentos; comparticipação de despesas de material escolar; pagamento de alojamento temporário para situações de emergência; elaboração de projetos de engenharia e arquitetura; realização de pequenas obras de conservação; eliminação de barreiras arquitetónicas; comparticipação da mensalidade da frequência de modalidades desportivas e culturais; isenção de tarifas aplicadas pela prestação de serviços públicos, entre outros.

Face ao exposto, gostaria de congratular o papel que este executivo camarário tem tido até ao momento e que se perspetiva que vá continuar a ter, sobretudo com a transferência de competências nesta área, junto das famílias do concelho de Tábua. Sendo a intervenção social um trabalho silencioso e que não precisa ser divulgado, tendo em consideração o carácter reservado dos processos, não posso deixar de enaltecer toda a intervenção dos serviços de ação social da Autarquia que, em colaboração com as diversas respostas sociais do concelho, fazem da intervenção social concelhia uma referência a nível nacional.

Pedro José Pereira Cardoso,

Tábua, 25/04/2022

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, respetiva mesa;
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e senhores Vereadores;
Exmos. Colegas membros da Assembleia Municipal;

Antes de mais gostaria de desejar umas Boas Festas a todos os presentes e a toda a comunidade Tabuense.

Desejo um Natal feliz e que o novo ano seja próspero e pleno para todos.

Falando aliás em prosperidade, gostaria de tecer alguns comentários a uma das propostas que hoje nos é trazida referente à educação.

A educação e formação de qualquer cidadão, em particular dos jovens, é o alicerce para o desenvolvimento social, económico e cultural de qualquer região. Todos concordamos com isso.

Sendo o nosso município, um município do interior, onde as oportunidades são escassas e o mercado de trabalho pouco elástico, a aposta na formação de pessoas e de quadros qualificados, é fundamental para construirmos bases estruturantes de um desenvolvimento sustentado no Concelho.

Mas, sabemos, a conjuntura económica que o nosso país vive, bem como a realidade económico-financeira de grande parte da nossa população, não facilita a decisão de muitas famílias na hora de investir na formação.

Aliás, bem sabemos que, ainda há abandono escolar, ainda há muitas famílias que fazem um sem número de sacrifícios para conseguir manter os seus filhos a estudar, e há muitos alunos que na hora de ingressar no ensino superior não o fazem porque os custos associados são in comportáveis no orçamento familiar.

Ainda que, comparativamente com outros tempos ainda mais duros, exista uma Ação Social direta e indireta que auxilia no acesso e manutenção no ensino superior, muito há ainda a fazer neste quesito. Todos sabemos que as Residências Sociais não são suficientes, as cantinas têm condições precárias... e os custos de alojamento, deslocação, material didático, etc, são elevadíssimos.

De facto, não é fácil para todos estudar em Portugal.

Há muitos alunos que, infelizmente, por dificuldades financeiras, não conseguem seguir os seus estudos e, muitos outros, que até tentando fazer esse esforço, acabam por ter de desistir antes de os concluírem, porque se torna incomportável para a família arcar com as despesas associadas à formação dos seus filhos. E isso, é realidade no nosso concelho.

Como tal, manifestamos o nosso apoio e agrado com a atribuição de bolsas de estudo no ensino superior. Mesmo sendo um valor baixo, achamos que é uma ajuda para fazer face às despesas que este percurso acarreta.

Contudo, a sua análise deixa-nos algumas questões em aberto que gostaríamos de ver esclarecidas.

Uma delas diz respeito aos critérios de desempate...

Afinal há um número máximo de bolsas para dar?!

Estas bolsas de estudo não são para todos os jovens que cumpram os requisitos pela tabela da percentagem do IAS?!

E, creio que não menos importante, é questionar o “depois de amanhã”...

O que faremos, depois de darmos o nosso contributo na sua formação, para ajudarmos estes jovens a manterem-se junto das suas famílias, no nosso concelho?

Que condições estamos a criar para, tendo mão-de-obra formada, termos empresas que a empreguem e deem condições destes jovens crescerem e ajudarem a fazer crescer a nossa região?

Porque há que tratar o problema nas suas várias perspetivas. Não basta ajudar a formar oferta de mão de obra, há que cuidar de promover depois a sua procura... porque se assim não for será quase inglório... veremos sempre os nossos jovens quadros a partir... e a voltar só no Natal, a tempo de comer uns sonhos com a família... mas a sonhar longe dela!

JOÃO FERREIRA
23/12/2022



GRUPO MUNICIPAL

Período da ordem do dia

Ponto 11

Sr. Presidente da Assembleia e respectiva mesa, Sr. Presidente e Vereadores do Executivo, Srs. Deputados Municipais, Presidentes de Freguesia e União de Freguesias, comunicação social e demais presentes,

O direito à habitação consagrado no art. 65º, da CRP, comporta duas vertentes: uma de natureza positiva e outra de natureza negativa.

A dimensão positiva ou prestacional do direito à habitação consiste no direito a uma morada condigna, razão pela qual a mesma está intimamente ligada a medidas e prestações estaduais (ou eventualmente das regiões autónomas e dos municípios) adequadas a realizar tal objectivo, prestações essas de conteúdo não determinado ao nível das opções constitucionais, necessitando de uma actividade de mediação e concretização do legislador ordinário, o qual, por sua vez, se encontra limitado pelas circunstâncias económicas, sociais e políticas de cada época, a chamada reserva do possível. Tal dimensão do direito à habitação rege-se na garantia de critérios objectivos e imparciais no acesso dos interessados às habitações oferecidas pelo sector público.

Assim todos têm direito para si e para a família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e privacidade familiar. O Município de Tábua, com o objectivo de atenuar as despesas económicas das famílias mais carenciadas pretende facilitar o acesso ao arrendamento habitacional através do Apoio Municipal ao Arrendamento Habitacional (AMAH) aplicado à área geográfica do Concelho de Tábua. Este consiste num apoio na renda de casa, pago mensalmente, por transferência bancária para a conta do beneficiário. O apoio tem uma duração de um ano, podendo ser renovável até ao máximo de três anos, enquanto a situação de carência do beneficiário o justificar.

Os contemplados desta medida são todos arrendatários que residam no Concelho de Tábua, que não sejam já beneficiários de programas de apoio ao arrendamento



mediante aos critérios de admissão plasmados no art. 6º do Regulamento.

De referir que no dia de ontem foi aprovado o decreto-lei que introduz alterações ao programa Porta 65 - Arrendamento por Jovens e ao Programa de Arrendamento Acessível, tendo em vista aperfeiçoar estes instrumentos, desburocratizar e simplificar os seus procedimentos e, em consequência, aumentar o leque de candidatos que podem beneficiar dos apoios que neles são concedidos.

No caso do Porta 65, procede-se à atualização dos tetos máximos de renda; no que respeita ao Programa de Apoio ao Arrendamento com a pretensão de consolidar o objetivo de promover uma oferta de habitação privada para arrendamento a preços compatíveis com os rendimentos das famílias, pelo que se promove uma revisão operacional tendo em vista a sua simplificação e desburocratização.

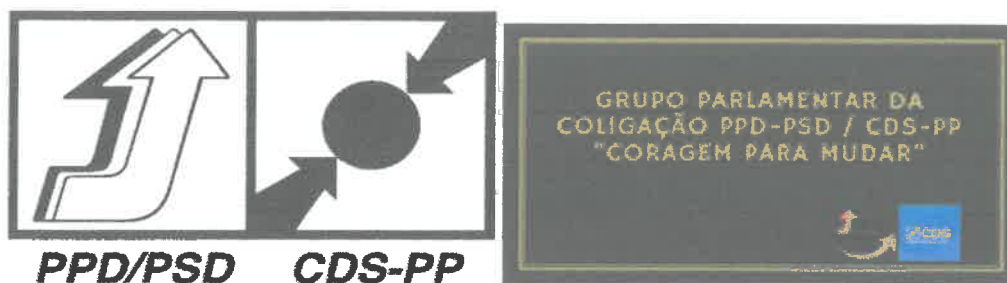
Consequentemente estamos hoje a pagar um preço de décadas onde o Estado desistiu de ter política de habitação e em que a normalização da taxa de juros significa mesmo que nós não podemos prescindir, para termos arrendamento acessível, de programas públicos de construção, aluguer e habitação acessível não só para as famílias vulneráveis mas também para os filhos da classe média, citando António Costa.

Aumentar a oferta de habitação para a generalidade das famílias exige uma atuação efetiva, que olhe para as condições reais do mercado, que assegure os necessários equilíbrios e promova a segurança e a rentabilidade para as empresas que têm de construir as casas que são necessárias. O Governo tem manifestado abertura para introduzir as necessárias melhorias e ajustamentos com forte política habitacional.

Tábua, 23 de Dezembro de 2023

Marta André de Lima

(Grupo Municipal do Partido Socialista)



Coragem para mudar

Boa tarde a todos. Apresento os meus cumprimentos aos membros do Executivo e aos Vereadores da Coligação. Cumprimentos também para todos os Deputados Municipais, para o staff do Município, para os membros da Comunicação Social, para o público presente e para os que nos acompanham através das redes sociais.

Relativamente à proposta de Projeto de Regulamento de Apoio Municipal ao Arrendamento Habitacional, cabe-me tecer as seguintes considerações:

1. O apoio aos agregados familiares que possuam um contrato de arrendamento e que se encontrem em situação de carência económica é um passo na direção certa, não deixa de ser, no entanto, um pequeno passo, visto que, os arrendatários terão, em 2023, uma pequena subida nas rendas em virtude da legislação aprovada que condiciona o

aumento das mesmas. Por outro lado, titulares de empréstimos à habitação “correm o risco” de em 2023 verem a sua prestação duplicar face ao que pagavam no início do corrente ano. Pelo exposto, questiono se o Município tem ideia do número de contratos de arrendamento habitacional existentes no concelho e se tem ideia também do número de créditos habitação existentes? Os aumentos, quer das rendas, quer dos créditos, conjugados com o aumento do custo de vida derivado de uma inflação elevada, leva-me a defender que este apoio devia ser alargado a outras situações.

2. Falando de arrendamento acessível, tenho também de mencionar a “falha de mercado” que existe em Tábua e em muitos outros Municípios do Interior do País, falo da quase inexistência de mercado de arrendamento habitacional para as famílias. Se queremos combater a desertificação, fixar e atrair pessoas, temos de ter condições para tal. Temos de finalizar as nossas zonas industriais para receber novas empresas e temos de ter habitações disponíveis a custos controlados para que essas empresas possam atrair mão de obra de outros concelhos. Para isso, é importante que o Município conheça o seu Parque Habitacional e que o coloque ao serviço de Tábua. Se surgirem novas empresas com necessidades de mão de obra

que a população tabuense atual não pode suprir, acham que conseguiremos atrair jovens com rendas de 400 ou 500 euros por mês?

3. Pelo exposto, sugiro ao Executivo Municipal que estude a possibilidade de criação de um Regulamento de Apoio às famílias com crédito habitação e que, estrategicamente, prepare o futuro do nosso concelho, por exemplo, candidatando-se ao programa de apoio do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana que permite a requalificação de habitações para posterior arrendamento a custos controlados.

4. Dado considerarmos que o Regulamento em apreciação tem impacto positivo na vida dos Tabuenses iremos votá-lo favoravelmente, no entanto, esperamos que este seja apenas um primeiro passo na direção certa.

Por fim quero desejar a todos vós um Feliz Natal e um 2023 recheado de sucessos e saúde.



O grupo de Trabalho da Coligação PSD/CDS Coragem Para Mudar

GRUPO MUNICIPAL

Ponto 12 – Dar conhecimento do relatório de diagnóstico - Região de Coimbra com Igualdade, nos termos da alínea h) n.º2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto 13 – Deliberar sobre o Plano Municipal para a Igualdade e a Não discriminação, nos termos da alínea h) n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

As políticas públicas assumem um papel fulcral na prossecução dos objetivos de igualdade.

A Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação – Portugal + Igual (ENIND) 2018–2030, tem como foco principal a eliminação dos estereótipos, encontrando-se alinhada com os objetivos de desenvolvimento sustentável e sob o lema «Ninguém pode ficar para trás».

A par com as políticas nacionais devem haver políticas e estratégias locais, que apostem na sensibilização e na formação das pessoas, fazendo perceber a extrema importância da sua participação cívica, no sentido que construir uma sociedade mais igual e mais justa.

Os Planos Municipais para a Igualdade, definem medidas e ações a implementar localmente, operacionalizando a estratégia nacional e integrando as perspetivas e objetivos de desenvolvimento da comunidade local.

O Plano Municipal para a Igualdade e não discriminação de Tábua vai operar nesta lógica e pretende construir um futuro mais igual, combatendo a discriminação e assentando na ideia de que, todos os seres humanos, independentemente do sexo, ou outras características intrínsecas, são livres de desenvolver as suas qualidades e de fazer as suas escolhas sem limitações resultantes de preconceitos e concepções rígidas dos papéis e modelos existentes.



O Grupo Municipal do Partido Socialista considera este documento essencial para o desenvolvimento concelhio.

Neste plano existe uma aposta na educação, na sensibilização e na comunicação, como pontes essenciais para se conseguir atingir os objetivos propostos e no futuro ambicionar realizar ainda mais.

O Município de Tábua já tem um trajeto realizado, tendo sido distinguido pela segunda vez, com o Prémio Viver em Igualdade, uma iniciativa bienal, promovida pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), no âmbito da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação (ENIND) – Portugal + Igual, que reconhece o excelente trabalho evidenciado na integração da dimensão da Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação.

Existe ainda um longo caminho a percorrer, mas o caminho faz-se caminhado e este é o princípio de uma caminhada que beneficia todas as pessoas sem exceção.

Tábua, 23 de dezembro de 2023

Olga Nunes
(Grupo Municipal do Partido Socialista)